ANEXO VII

Descrição do conteúdo mínimo requerido para o Diagnóstico Socioambiental

O diagnóstico socioambiental pode ser definido como um estudo multidisciplinar que fornece o retrato ou cenário das condições ambientais e sociais de uma área de interesse, envolvendo diferentes etapas de levantamentos, coleta de dados e análises das informações.

Neste caso, tem-se como objetivo principal a definição de critérios para a delimitação das Áreas Urbanas Consolidadas (AUC) e das faixas marginais de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno dos cursos d'água inseridos na AUC do Município de Venda Nova do Imigrante.

Conforme Lei Municipal nº 1.468/202 que dispõe sobre APPs de cursos hídricos em áreas urbanas consolidadas do Município de Venda Nova do Imigrante, o Poder Executivo deverá mapear as áreas urbanas consolidadas a longo dos cursos hídricos naturais e, após ouvido o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento, deverá alterar a referida Lei com regras que estabeleçam:

- A não ocupação de áreas com risco de desastres;
- A observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia e do plano de saneamento básico;
- A previsão de que as atividades ou os empreendimentos a serem instalados nas APPs urbanas devem observar os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.

O Diagnóstico Socioambiental deverá ser aprovado pela Comissão Municipal de APP Urbanas, pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento e apresentado em reunião pública:

- Deverá ser apresentada a metodologia para elaboração do Diagnóstico Socioambiental, embasada em pesquisa de estudos similares desenvolvidos no Brasil. A metodologia deverá ser aprovada pela Comissão Municipal de Estudo de APP Urbanas. Previamente à apresentação da metodologia e do Plano de Trabalho deverá ser realizada visita in loco em toda a área urbana do município, obrigatoriamente acompanhada de representantes da Comissão de Estudo de APP.

- A equipe técnica responsável pela elaboração do Diagnóstico Socioambiental deverá realizar, no mínimo, 05 reuniões presenciais, em dias diferentes, para apresentação dos estudos para o público descrito a seguir. Além das reuniões presenciais, poderão ser realizadas reuniões virtuais com a Comissão Municipal de Estudo

Documento digital, verifique em:https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: 5e257c52024a2377b31ec0d146534f80

das APPs Urbanas para o acompanhamento do andamento dos trabalhos. As reuniões serão registradas em atas elaboradas pela contratada.

- 03 reuniões para apreciação dos estudos pela Comissão Municipal de Estudo das APPs Urbanas;

- 01 reunião para apreciação pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento;

- 01 reunião pública para apresentação dos estudos para sociedade em geral.

1 Introdução

Deve conter o embasamento legal para definição das APPs em áreas urbanas consolidadas, a contextualização desse tema no município, a metodologia para desenvolvimento do Diagnóstico Socioambiental e os objetivos do estudo.

Deve conter o escopo do estudo, incluindo: área de abrangência; forma de execução; estruturação d equipe técnica; organização da base cartográfica e estrutura do documento. Em relação a base cartográfica, deve ser elaborada a partir de dados oficiais, considerando a utilização de um Sistema de Informações Geográficas, o qual deve conter minimamente os seguintes itens:

A. Indicação dos metadados de todas as bases de dados utilizadas para sua confecção, tais como a data das imagens, o datum e sistema de projeção cartográfica;

B. Indicação dos metadados do cartograma, apontando itens como data de elaboração, responsabilidade técnica e quais os métodos e ferramentas empregados;

C. Elementos cartográficos mínimos, como a indicação do Norte, da escala geográfica, dos grids de coordenadas, bem como da legenda para simbologia adotada para as interpretações;

D. Reambulação dos cartográficos técnicos elaborados.

2 Área de estudo

A área de estudo deve ser definida em trechos, que deverá contemplar os polígonos dos diferentes perímetros urbanos.

3. Caracterização socioambiental

3.1 Aspectos físicos e bióticos

Levantar os aspectos físicos e bióticos com dados de geologia, geomorfologia, pedologia, recursos hídricos, fauna, flora e clima da área em estudo.

3.2 Aspectos socioeconômicos

Documento digital, verifique em:https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: 5e257c52024a2377b31ec0d146534f80

Levantar os aspectos socioeconômicos com dados históricos do Município, zoneamento, habitação, ocupação irregular e assentamentos precários, infraestrutura existente, além de outros aspectos sociais.

3.3 Uso e ocupação do solo

Apresentar mapas do uso e ocupação do solo das áreas de estudo e descrever os usos.

4. Áreas com risco de desastre

Descrever para trecho de estudo, as áreas que podem ser consideradas de risco como: áreas sujeitas à inundação, movimentos de massa (deslizamento, queda e rolamento de blocos, corrida de lama, entre outros), áreas ou edificações consideradas de risco pela Defesa Civil, áreas com declividade entre 25° e 45° (uso restrito); áreas com declividade acima de 45° e áreas com risco geológico.

O mapeamento das áreas de risco deve se restringir as margens dos cursos hídricos e considerar também a ocorrência de fenômenos naturais com base no histórico de enchentes, inundações, alagamentos e deslizamentos.

5. Diretrizes do Plano de Bacia e do Plano Municipal de Saneamento Básico

Descrever as diretrizes presentes nos planos que possuem relação com a delimitação de APPs nas áreas de estudo.

6. Descrição e Delimitação da Área Urbana Consolidada

Descrever e identificar nas áreas de estudo, o atendimento aos critérios para classificação como área urbana consolidada e realizar a delimitação dessas áreas ao longo das margens dos cursos hídricos.

7. Definição das faixas de APPs e áreas não edificantes em Áreas Urbanas Consolidadas

7.1 Avaliação da função ambiental das APPs

Realizar a avaliação da função ambiental das APPs em cada trecho de estudo, considerando o contexto local nos aspectos:

a área antropizada e perfil socioeconômico do uso e ocupação consolidada existente;
b proximidade de nascente ou fontes de abastecimento de água;
c alinhamento do curso d'água em relação às edificações, bem como a existência de retificações, tubulações e canalizações;
d ocorrência fauna e flora na área delimitada pelo estudo;
e existência de mata ciliar e vegetação nativa ao longo do curso d`água;
f lançamento de efluentes que comprometam a saúde pública;
g dados de inundações, estabilidade e processos erosivos sobre margens de cursos naturais; e

Documento digital, verifique em:https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: 5e257c52024a2377b31ec0d146534f80

- presença de infraestrutura e equipamentos públicos.

7.2 Critérios para definição das faixas de APPs e das faixas não edificáveis

Estabelecer os critérios que serão considerados para definição das diferentes faixas de APPs e áreas não edificantes ao longo de cursos hídricos naturais, cursos hídricos canalizados, valas de drenagem, considerando aspectos como a função ambiental das APPs, caracterização socioambiental, áreas com risco de desastre, diretrizes do Plano de Bacia e do Plano Municipal de Saneamento Básico e outros.

8. Mapeamento das APPs em Áreas Urbanas Consolidadas

Realizar o mapeamento das APPs dos cursos hídricos naturais nas áreas urbanas consolidadas, considerando os critérios definidos no tópico anterior.

9. Conclusões e Recomendações

O Diagnóstico Socioambiental deverá servir como ferramenta de auxílio ao planejamento territorial do Município, atendendo o disposto na Lei Federal Nº 14.285/2021 e fornecer subsídios para o desenvolvimento sustentável local.

Este estudo deve, ao final, apresentar o mapeamento das APPs de cursos hídricos naturais e das faixas não edificantes em áreas urbanas consolidadas, para cada trecho de estudo. Deverá também estabelecer os critérios e faixas de APPs para cursos hídricos canalizados e faixa das áreas não edificantes para valas de drenagem.

10. Referências e Apêndices

Listar as referências e fontes utilizadas, bem como eventuais apêndices ao documento.

Documento digital, verifique em:https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: 5e257c52024a2377b31ec0d146534f80